

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 17/07/2015 - Edição 1313

Equipamentos de segurança irregulares ameaçam a vida de vigilantes

CORRUPÇÃO MATA!

Equipamentos de segurança irregulares ameaçam a vida de vigilantes



De acordo com o Decreto 89.056/1983, que regulamenta a Lei 7.102/1983 referente aos serviços de vigilância e de transporte de valores, todo o profissional da área de segurança, durante o exercício de sua atividade, deve estar obrigatoriamente uniformizado e munido de equipamentos de segurança com plenas condições de uso a fim de impedir ou inibir uma possível ação criminosa.

Ainda segundo a Portaria nº 191/2006, do Ministério do Trabalho, o vigilante precisa utilizar, obrigatoriamente, o colete balístico, como Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Contrariando todas estas determinações legais, uma reportagem do programa Fantástico, da Rede Globo, denunciou fabricação e venda de materiais de segurança irregulares para profissionais de segurança em várias cidades do país. Conforme a reportagem, oficiais do Exército Brasileiro receberam propina para comercializar produtos da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) incapazes de garantir a proteção que deveriam ao trabalhador.

Com isso, devido à falta de condições de trabalho seguras, no início de maio, um policial rodoviário federal morreu na cidade de Ouro Branco, localizada no sertão de Alagoas. No dia, o policial usava um colete à prova de balas da CBC, que deveria combater um tiro de arma de calibre 44, morreu imediatamente após ser atingido por três tiros, de uma arma de calibre inferior (38) por um criminoso.

“A partir desta ocorrência, fica evidente o cenário de perigo e de insegurança que todos os vigilantes do Brasil estão submetidos. A Confederação Nacional dos Vigilantes, com apoio do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, está notificando as possíveis

irregularidades, junto ao Ministério Público e Ministério da Justiça, para tomar as devidas providências a fim de averiguar a qualidade dos coletes e evitar novos acidentes fatais na segurança privada”, ressalta o presidente dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira.

Após esta denúncia, desde o início deste mês, corporações de polícia vêm enviando amostras de coletes comprados da CBC para testes com o intuito de identificar falhas e comprovar a real eficácia dos materiais, antes de os fornecerem aos profissionais.

“É importante que empresas de vigilância privada, que tenham adquirido os coletes desta mesma Companhia, também façam as averiguações técnicas necessárias em respeito à segurança dos vigilantes”, pontua Amaro Pereira.

No próximo dia 25, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri realizará nova reunião mensal da Campanha Salarial 2016 a fim de debater com os trabalhadores cláusulas referentes à segurança do vigilante, como uso adequado do colete à prova de balas, uniforme, entre outros tópicos.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

CNTV apresenta propostas de proteção à vida no GT de Escolta Armada



Patrões tem 15 dias para dar resposta às propostas da CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) participou nesta quinta-feira (16) de mais um debate do Grupo de Trabalho (GT) de Escolta Armada. A reunião, realizada em São Paulo, deu continuidade à discussão que foi definida na CCASP. A CNTV entregou suas propostas para alteração da Portaria 3233/2012 com itens que já vem defendendo há algum tempo junto à Polícia Federal (PF) e aos patrões.

No documento, a CNTV propõe que a empresa de escolta armada possua no mínimo 12 vigilantes contratados com extensão na atividade. Atualmente, a Portaria exige apenas oito. Também é proposta da Confederação que a mesma possua no mínimo três veículos em perfeitas condições de uso e de, no máximo, três anos de fabricação. Hoje, bastam dois veículos e não há limite de tempo

de fabricação.

A CNTV defende ainda a blindagem de todos os vidros dos veículos e que estes possuam motor de, no mínimo, duas mil cilindradas, além de ar-condicionado. A entidade ainda sugeriu que os seguintes itens fossem acrescentados:

Art. 68-A - O Colete Balístico, o fardamento e os demais equipamentos de proteção e de trabalho do vigilante deverão atender a especificidade da atividade, de forma a prover o conforto físico e operacional do vigilante;

Art. 68-B - O vigilante empregado no serviço de escolta utilizará pistola calibre .380 ou 7.65, escopeta e carga de munição adicional, no mínimo, três vezes superior a carga normal;

Art. 68-C - Na execução do serviço de escolta, além das regras trabalhistas próprias, deverá

ser observado, por analogia, o disposto na Lei 12.619/2012 e seus regulamentos.

Os representantes dos patrões pediram prazo de 15 dias para dar uma resposta.

“Acreditamos que os patrões vão ter bom senso para construir um conjunto de propostas que possa atualizar as regras da escolta e, principalmente, proteger a vida dos trabalhadores. Eles têm morrido de formas trágicas e, em maior parte, a responsabilidade é das empresas”, avaliou o presidente da CNTV, José Boaventura.

Também participaram da reunião, além de Boaventura, o secretário Geral da CNTV, Cláudio José, e o secretário de Assuntos Jurídicos da entidade, Amaro Pereira.

Fonte: CNTV

Senador Paulo Paim lidera "caravana" contra terceirização



Os debates já foram realizados em São Paulo, no Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No RJ, o senador reafirmou seu apoio à Campanha Nacional pelo Piso de R\$3 mil, liderada pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV). Agora, no Ceará, os sindicatos vão cobrar dos senadores eleitos no Estado que votem contra o texto.

Veja abaixo o calendário das próximas audiências.

- 21 de julho Ceará - 10h
- 22 de julho RN - 10h
- 23 de julho - Paraíba
- 29 de julho - Amazonas - 14h
- 14 de agosto - Mato Grosso do Sul - 14h
- 04 de setembro - Pará - 10h
- 11 de setembro - Bahia - 9h

Fonte: CNTV

Próxima audiência pública será em Fortaleza, no dia 21, na Assembleia Legislativa do Ceará.

Por iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), o Senado Federal vem percorrendo os estados brasileiros realizando atividades para chamar a atenção da população para o projeto de lei da terceirização, que estabelece a prática também na atividade-fim. Às 10h da próxima terça-feira (21), uma audiência pública será realizada na Assembleia Legislativa do Ceará. (Avenida Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres - Fortaleza).

Antes da audiência será realizada uma caminhada. A concentração será às 8h, na Praça da Imprensa e os trabalhadores devem ir de lá até a Assembleia, percorrendo a Avenida Desembargador Moreira. A tentativa do Senado, juntamente com o movimento sindical, é impedir que o PL 30/15 estabeleça um regime denominado pelo senador Paim como "semiescravidão".



Em audiência pública, sindicalistas protestam contra a terceirização
Foto: Fotos Públicas

Atividade Fim X Atividade Meio



Atividade-fim é considerada a principal de uma empresa. A atividade-meio diz respeito àquela tão somente secundária, acessória, quanto aos fins do empreendimento.

Exemplo: em uma fabricante de aparelhos eletrônicos, a atividade-fim está relacionada à produção do produto (celular, televisão, geladeira). Outras atividades como segurança, alimentação, vigilância e limpeza são chamadas de atividades-meio e terceirizadas em boa parte das empresas.

Ao liberar todo e qualquer tipo de terceirização, seria decretado o fim, em um curto espaço de tempo, do emprego direto; avalia o movimento sindical.

Por que ser contra o projeto da terceirização?

Abaixo, elencamos os riscos da aprovação da terceirização 'ampla, geral e irrestrita':

Trabalham mais: Carga horária superior em 3h quando comparado aos efetivos. Reduz a qualidade de vida e contraria o conceito de trabalho decente.

Generalização: Hoje há 12,7 milhões de terceirizados no Brasil. Com o PL 4330, todos poderão ser

terceirizados, independente da área em que atuam.

Instabilidade: 2,6 anos a menos no mesmo emprego; os vínculos instáveis são claros nas prestadoras de serviços terceirizados.

Acidentes de trabalho: Nem sempre recebem o treinamento e EPI necessários. Na área da saúde, é comum acidentarem-se com objetos cortantes.

Contratação precária: O projeto

não possui nenhuma restrição que impeça a demissão de efetivos para recontração dos mesmos como pessoas jurídicas.

Ganham menos: Funcionários terceirizados recebem, em média, 24% a menos do que funcionários efetivos.

Escravidão: Entre 2010 e 2013, os terceirizados foram as vítimas de nove dos dez maiores resgates de trabalhadores em condições análogas às de escravos.

Exploração: Terceirizados são encarados pelas empresas como mão-de-obra barata, o que resulta em mais exploração, assédio e descumprimento de direitos.

Risco de morte: Só no setor elétrico, a cada dez mortes causadas por acidentes de trabalho, sete são de terceirizados.

Manobras jurídicas: O projeto da terceirização permite manobras que aumentam o tempo de processos, tanto que juízes do Trabalho já se declararam contra o projeto.

Fonte: Vermelho.org

Classificação de Documentos

ATIVIDADE-MEIO

Atividade que dá apoio à consecução das atividades-fim de um instituição.

ATIVIDADE-FIM

Atividade desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição.

Trio é preso em RR após participar de roubo que deixou vigilante baleado

Os três suspeitos são ex-presidiários e cumpriam pena no semiaberto. Um casal e um vigilante foram vítimas de roubo do trio, segundo Giro.

Três ex-detentos foram presos pelo Grupamento Independente Intervenção Rápida Ostensiva (Giro) na noite desta quinta-feira (16) por suspeita de roubo no bairro Asa Branca, zona Oeste de Boa Vista. Felipe França Lemos, José Raimundo Rocha, Genildo Henrique Nascimento, de 31, 34 e 37 anos, teriam participado de um assalto que deixou ferido um vigilante de uma instituição de ensino.

O funcionário da empresa de vigilância foi alvejado com dois tiros, um nas nádegas e outro no abdômen, quando estava trabalhando, de acordo com o colega de trabalho da vítima, que foi levada ao pronto-socorro e tem o quadro de saúde estável.

No hospital, o vigilante baleado contou ao amigo que havia um homem de terno na instituição de ensino.

“Esse homem de terno disse a ele que tinha uma pessoa o chamando do lado de fora do prédio. Ao caminhar para ver quem era, o suspeito tomou a arma dele [vigilante]. Os dois travaram luta corporal e o nosso companheiro foi baleado durante a briga. O homem fugiu com o revólver”, detalha o amigo. Segundo ele, outros vigilantes que fazem curso na instituição de ensino acionaram os policiais.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado para prestar socorro à vítima, enquanto

os policiais faziam diligência para encontrar os suspeitos.

“Recebemos uma informação sobre assalto a um casal. Nos deram as características dos indivíduos. Quando estávamos em via pública, esses três [assaltantes] cruzaram o nosso caminho. Eles viram a gente e ‘pisaram’ no acelerador para fugir. Fizemos acompanhamento tático e conseguimos alcançá-los”, resume um policial do Giro, acrescentando que encontraram com o trio o revólver roubado do vigilante.

Conforme o policial, um casal foi assaltado pelo trio poucos minutos antes de o vigilante ser baleado. O marido foi agredido com coronhadas

na cabeça e teve R\$ 450 roubados. “O homem e a mulher dele também foram vítimas desse trio. Eles reconheceram os assaltantes”, afirma o policial, ressaltando que o ‘mal do três assaltantes foi ter passado ao lado do Giro’.

Os três suspeitos do assalto estavam cumprindo pena em regime semiaberto no Centro de Progressão Penal (CPP). Genildo Henrique já foi condenado por homicídio. Todos foram conduzidos à Central de Flagrantes, no 5º Distrito Policial, e, em seguida, à Penitenciaría Agrícola de Monte Cristo.

Fonte: G1



Suspeitos de assalto estavam cumprindo pena em regime semiaberto (Foto: Arquivo pessoal)

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF